Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 27/01/26
Protocolo

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
02/02/26
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 9 , DE 2026.
(Proponente: Vereador Edson Souza/MDB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

REQUEIRO, nos termos do art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Saúde - SESAU, solicitando informações acerca dos furtos ocorridos nas Unidades de Saúde do Município, no período compreendido entre janeiro de 2025 até a presente data.

1. Quantas Unidades de Saúde foram alvo de furtos de fios de energia elétrica no período mencionado?

2. Quais foram as unidades atingidas, com a respectiva data das ocorrências.

3. Além dos furtos de fios de energia, houve registro de outros tipos de furtos nas unidades (equipamentos, mobiliário, insumos, cabos de internet, ar-condicionado, entre outros)? Em caso afirmativo, especificar: o tipo de material subtraído, as unidades afetadas e a quantidade de ocorrências.

4. Houve interrupção no atendimento à população em razão dessas ocorrências? Em caso positivo, detalhar: quais unidades tiveram os atendimentos suspensos ou prejudicados, por quanto tempo e quais serviços foram impactados.

5. Qual foi o valor estimado dos prejuízos financeiros decorrentes dos furtos registrados no período?

6. Foram adotadas medidas corretivas ou preventivas, tais como reforço na segurança, instalação de câmeras, alarmes, vigilância patrimonial ou outras ações? Em caso afirmativo, detalhar quais.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 26 de janeiro de 2026.

Edson de Souza

Edson Souza
Vereador/MDB

Justificativa

A presente propositura tem por objetivo obter informações sobre os furtos e roubos ocorridos nas Unidades de Saúde do Município, fatos que têm gerado prejuízos ao erário e comprometido a continuidade dos atendimentos à população. As informações solicitadas são essenciais para o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA